

Congresso sobre aprendizagem profissional reúne José Pimentel (E), Garibaldi Alves, Marisa Letícia, Lula e Carlos Lupi



Leopoldo Silva

Garibaldi busca acordo sobre aposentadoria

Idéia é reunir senadores e dirigentes da Comissão de Orçamento. **3**

Embaixador brasileiro em Quito fala hoje a senadores

Objetivo da audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é discutir a decisão do presidente do Equador, Rafael Correa, de iniciar um processo internacional para não pagar empréstimo concedido pelo BNDES à construção da hidrelétrica San Francisco. Em discurso no Plenário, o presidente da comissão, Heráclito Fortes, recomendou "muito cuidado com o dinheiro dos brasileiros". **4 e 5**



Shuticshw

Na Biblioteca do Senado, serão distribuídas publicações do escritor

Casa tem um dia de homenagens a Machado de Assis

Com sessão especial requerida por Marco Maciel e abertura de exposição, o Senado presta hoje homenagem ao escritor Machado de Assis, no ano de centenário de sua morte. **4**

Atletas pedem políticas para o esporte

A Comissão de Educação recebeu profissionais do esporte integrantes da organização Atletas pela Cidadania. **7**

À mesa, Fernando Prioste, Deborah Santos, Gilvânia Silva, Paulo Paim, Eloi Ferreira, Maurício Reis e Pedro Raposo. Representantes de entidades (foto abaixo) acompanham debate



José Cruz

Debate ressalta direitos dos quilombolas

Especialistas disseram ontem, no Senado, que o Estado brasileiro deve assegurar às comunidades de descendentes de negros de antigos quilombos o direito sobre a terra que ocupam. A audiência, coordenada pelo senador Paulo Paim, integra ciclo de debates para celebrar o Mês da Consciência Negra. Paim e o senador Walter Pereira defenderam a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial pela Câmara dos Deputados. Cristovam Buarque apontou o desafio de derrubar cercas que dividem os brasileiros. **8**

José Cruz



Congresso discute investimentos para a Copa do Mundo

Os investimentos e as providências necessários para o Brasil sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 serão debatidos hoje na Câmara dos Deputados, durante o Cbratur-2008. **6**

Objetivo de encontro em João Pessoa é orientar futuros dirigentes municipais

Fórum treina prefeitos e vereadores

A COMUNIDADE VIRTUAL do Poder Legislativo – Programa Interlegis, do Senado, promove na quinta-feira, em João Pessoa, o Fórum Nacional de Integração do Legislativo. O objetivo do evento é orientar vereadores, prefeitos e vice-prefeitos recém-eleitos neste ano para o exercício das funções de parlamentar municipal e de gestor público.



Luiz Fernando falará sobre o nepotismo

Os participantes receberão livros e guias a respeito das áreas de interesse, como o regimento interno e a lei orgânica dos municípios que irão representar, além de manuais sobre elaboração de normas legislativas, de orçamento municipal, de diretrizes de sustentabilidade, de gestão de contratos e de acessibilidade, entre outros.

O fórum inicia-se, às 9h, com uma palestra do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. Em seguida, falará o 1º secretário da Casa, Efraim Moraes, e, depois, autoridades dos três Poderes. Às 11h30, o advogado-geral da Casa, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, profere palestra intitulada “Nepotismo: o que pode e o que não pode”. Em entrevista à Agência Senado, o advogado explicou que centrará sua fala na legislação sobre o assunto, com base na recente Súmula 13, do Supremo Tribunal Federal (STF), e na interpretação da norma por parte da Procuradoria Geral da República e do próprio Senado.

“Uma visão histórica e política do Brasil: o papel dos municípios” é o tema do consultor da Casa Antônio José Barbosa, que vai fazer uma síntese da evolução política do Brasil, priorizando a história contemporânea.

– Vou destacar o papel histórico do Poder Legislativo, com ênfase especial para as mais antigas casas legislativas do Brasil, que são justamente as câmaras municipais. Vou salientar o papel histórico dos vereadores no momento atual em que o Brasil está ampliando sua forma de fazer política e o conceito de democracia – explicou Antônio.

Como legislar

O chefe do Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Interlegis, Luiz Fernando Pires Machado, vai falar sobre “Como legislar no seu município”. O objetivo é ensinar aos futuros parlamentares como preparar projetos de lei, requerimentos, proposta de emenda à Lei Orgânica, entre outras proposições legislativas.

– Será uma aula sobre técnica legislativa, por meio da qual vou mostrar todos os passos, desde o surgimento da idéia de uma proposta até sua elaboração em capítulos, artigos e parágrafos – disse Luiz Fernando.

“Elaboração de orçamento e obtenção de recursos federais” será a última explanação do dia, apresentada pelo diretor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, Fábio Gondin.

Esse é o primeiro de uma série de encontros desse tipo. Depois de João Pessoa, o fórum deverá ser agendado em outras capitais. Na Paraíba, o evento será realizado no Salão Sérgio Bernardes, do Hotel Tropical Tambaú. Mais informações podem ser obtidas por mensagem ao e-mail eventos@interlegis.gov.br.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão marca centenário da morte de Machado de Assis

A passagem do centenário de morte de Machado de Assis deve ser lembrada em sessão especial às 10h. Às 14h, a sessão é deliberativa e três medidas

provisórias trancam a pauta. A hora do expediente está reservada para homenagear os dez anos da Confederação Nacional dos Jovens Empresários.



Agenda do presidente do Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa às 9h, na sede do Banco Mundial em Brasília, do seminário internacional “O Desafio da Regularização Fundiária da Amazônia”; às 10h, preside sessão especial em homenagem a Machado de Assis, pela passagem do centenário de seu falecimento, e, a

seguir, abre a exposição *Machado Vive*; às 11h30, realiza reunião da Mesa; às 13h, participa do almoço, no Palácio do Itamaraty, com o primeiro-ministro de Cingapura, Lee Hsien Loong; às 14h, preside a hora do expediente, destinada a comemorar os dez anos de atuação da Confederação Nacional dos Jo-

vens Empresários; às 14h45, recebe o primeiro-ministro de Cingapura; às 15h30, se reúne com os líderes; às 16h, preside a ordem do dia; e, às 18h30, no Salão Nobre do Senado, participa do lançamento do livro *Toda a verdade sobre a transposição do rio São Francisco*, de autoria do engenheiro João Alves Filho.

CAE analisa dez proposições

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se, às 10h, para analisar a indicação de Otávio Yazbek para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários. Logo após, a CAE examina dez proposições, entre elas o projeto que inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela política de garantia de preços mínimos e o que estende aos representantes comerciais a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis.

O papel do Legislativo em debate

Às 12h30, no Interlegis, está previsto debate sobre o papel do Poder Legislativo nas democracias contemporâneas com a participação do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) e dos cientistas políticos Fábio Wanderley Reis e Lúcio Rennó. Das 14h30 às 17h30, a discussão é sobre o Legislativo e o processo orçamentário – tema a cargo do senador Delcídio Amaral (PT-MS), dos economistas Marcelo Néri e Luciano dos Santos Danni e, ainda, do cientista político Fernando Limongi.

Reajuste de aposentadorias será discutido na CDH

Está marcada para as 15h30 reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater o fim do fator previdenciário (PLS 293/03);

a recuperação do valor das aposentadorias (PLS 58/03); e a política de valorização das aposentadorias, com base no reajuste do salário mínimo (PLC 42/07).



Residência educacional para professores

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) reúne-se às 11h para votar 23 itens. O primeiro projeto em pauta, que já está em discussão no colegiado desde a última semana, é o que institui a residência educacional para a formação de professores da educação básica.

Painéis retratam a obra de Machado de Assis

Após sessão especial, será aberta a exposição *Machado Vive*, em homenagem ao escritor Machado de Assis. Painéis com fotos e reproduções de suas obras, cedidos pela Academia Brasileira de Letras (ABL), ficarão expostos até 16 de dezembro. Em seguida, haverá distribuição de trabalhos literários: *Machado de Assis, ensaios e apontamentos*

avulsos, manuscrito do poema *Casamento do diabo* e três CDs com programas da Rádio Senado sobre o autor. Os eventos integram a programação do Ano Cultural Artur da Távola. Às 18h30, no Salão Nobre do Senado, será lançada a publicação *Toda a verdade sobre a transposição do rio São Francisco*, de autoria do engenheiro João Alves Filho.

Parlamento Europeu e Equador na pauta da CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) recebe, às 10h, delegação de deputados do Parlamento Europeu. Às 11h30, realiza audiência pública para discutir as relações da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos com os interesses econômicos e de defesa do mar territorial brasileiro. Está convidado para o debate o secretário-geral da organização, Satya Nandan. Às 14h30, está marcada audiência para ouvir o embaixador do Brasil em Quito, Antonino Marques Porto e Santos, sobre a decisão do presidente do Equador, Rafael Correa, de não pagar o empréstimo tomado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de uma hidrelétrica pela empresa brasileira Odebrecht.

CPI das ONGs discute sua agenda

Às 10h, reunião administrativa da CPI das ONGs para votar requerimentos e discutir a agenda de trabalho.

Audiência examina problemas em obras públicas

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove reunião deliberativa. O colegiado realiza, às 15h, audiência pública para debater os problemas relacionados à execução de obras públicas previstas no Orçamento da União de 2008. Entre os convidados, estão o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar Rodrigues, e representantes dos ministérios da Integração Nacional, das Cidades e do Turismo.





Sérgio Guerra disse ter "dúvidas" da cassação do mandato de Cunha Lima

Sérgio Guerra elogia governos da Paraíba e do RS

Em discurso feito ontem, Sérgio Guerra (PSDB-PE) prestou solidariedade ao governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB), que teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sob acusação de compra de votos. Ele revelou ter "dúvidas" a respeito da decisão do tribunal e disse esperar que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao qual o governador recorreu, reverta a determinação.

– Não temos dúvida sobre a conduta do governador e de seu governo – declarou Guerra, que é presidente do PSDB.

O senador salientou a atuação de Cássio Cunha Lima ao realizar ajustes, acertar contas e fazer o estado da Paraíba crescer, numa gestão, a seu ver, aprovada pela população, já que o governador foi reeleito em 2006.

Em apertes, vários senadores manifestaram apoio ao governador. Cícero Lucena (PSDB-PB) citou a preocupação pela interrupção do mandato de Cunha Lima a menos de dois anos das próximas eleições e registrou as dificuldades enfrentadas por ele para equilibrar as contas do estado.

Efraim Morais (DEM-PB), por sua vez, foi categórico ao dizer que o governador "nunca comprou votos na Paraíba". Ele leu carta do arcebispo do estado, dom Aldo Pagotto, lamentando as críticas que vem recebendo da imprensa por ter manifestado apoio a Cunha Lima. Efraim questionou ainda se a cassação, "sem direito de defesa", teria sido motivada pelo fato de o governador pertencer ao PSDB e o vice, ao DEM. Cristovam Buarque (PDT-DF) e Paulo Paim (PT-RS) mencionaram o apreço por Cássio Cunha Lima.

Yeda Crusius

Sérgio Guerra também elogiou o trabalho da governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB), para equilibrar as contas do estado, realizando uma "grande obra de recuperação fiscal, em uma notável ação político-administrativa". Ela fez um balanço de sua gestão na semana passada e anunciou o "déficit zero" nas contas públicas, informou o senador.

Assim que Yeda Crusius assumiu o governo, lembrou Sérgio Guerra, havia um déficit histórico grave que impedia o estado de se desenvolver. Crise após crise, disse ainda, ela saneou as contas do estado, com coragem e "sem dobrar a espinha". Papaléo Paes (PSDB-AP), em aparte, também elogiou as ações da governadora.

Mesa-redonda vai ter a participação do ministro José Pimentel, de membros da CMO e também dos senadores que vêm se mobilizando pela aprovação de projetos na Câmara

Garibaldi anuncia debate sobre tema dos aposentados

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves Filho, anunciou na tarde de ontem, ao chegar à Casa, que haverá uma mesa-redonda para discutir temas relacionados aos aposentados. O encontro terá a presença do presidente e do relator da Comissão Mista de Orçamento (CMO), respectivamente deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) e senador Delcídio Amaral (PT-MS); do ministro da Previdência Social, José Pimentel; do autor de duas das três propostas de interesse dos aposentados que estão em exame na Câmara dos Deputados, senador Paulo Paim (PT-RS), e dos senadores Mário Couto (PSDB-PA) e José Nery (PSOL-PA).

Garibaldi afirmou que vai tentar uma solução intermediária em torno do assunto, já que, observou, "o ideal nem sempre é possível".

– Que solução é essa hoje eu não sei. Vou conversar justamente para tentar saber do ministro se há condições de adequar no Orçamento, mesmo diante dessa crise, uma solução para os aposentados, que estão, claro, muito aflitos e muito necessitados de um reajuste – declarou.

O presidente do Senado informou que o ministro da Pre-

vidência Social esteve ontem rapidamente na Casa, atendendo a um pedido do senador, para conversar sobre os projetos que deverão ser votados ainda esta semana pela Câmara dos Deputados.

– Tenho que me inteirar melhor – comentou o presidente do Senado.

Ele observou não haver nada de novo sobre a Medida Provisória 446, a chamada MP das Filantrópicas, que devolveu ao Poder Executivo na semana passada. De acordo com Garibaldi Alves, "a proposta mais viável continua sendo aquela que diz respeito a um projeto de lei que faria com que o governo

revogasse a medida provisória e trouxesse nesse projeto de lei todas as correções que foram levantadas".

Conferência

Na noite da última segunda-feira, o presidente do Senado participou da abertura da 1ª Conferência Nacional da Aprendizagem Profissional, em Brasília.

Em discurso na solenidade de abertura do evento, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, diante de vários ministros e parlamentares, lembrou que foi aprendiz aos 13 anos, fato que, destacou, mudou a sua vida.



Garibaldi Alves esteve ontem com o ministro da Previdência, José Pimentel

Primeiro-ministro de Cingapura visita o Senado

Após participar, no Peru, de reunião do Bloco de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, o primeiro-ministro de Cingapura, Lee Hsien Loong, visita na tarde de hoje o presidente do Senado, Garibaldi Alves, com quem deverá conversar sobre a integração daquele país com o Brasil em assuntos como educação, ciência e tecnologia. Acompanha Lee Hsien Loong o ministro das Relações Exteriores, George Yeo, e representantes do Ministério da Indústria e Comércio de Cingapura.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores daquele país, a visita que o primeiro-ministro realiza, no momento, ao Peru, ao Chile e ao Brasil

sublinha a importância que Cingapura confere às suas relações com esses países da América do Sul. "Isso reflete também nosso interesse em aprofundar e ampliar o objeto de nossa interação com a América Latina para incluir áreas como educação, ciência e tecnologia", afirma comunicado da chancelaria cingapuriana.

Em fevereiro deste ano, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, visitou o país, acompanhado de expressiva delegação empresarial, em busca de novas parcerias em comércio e investimentos. Estiveram nessa viagem representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

(Fiesp), Petrobras, Embraer e Banco do Brasil. O ponto alto da visita foi um seminário organizado pela Singapore Business Federation e pela Embaixada do Brasil.

A última visita de um primeiro-ministro de Cingapura ao Senado foi em 2000, quando o então presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, recebeu Goh Chok Tong. Nesse encontro, as perspectivas de crescimento do comércio entre a América do Sul e a Ásia foram o tema dominante. Na ocasião, Antonio Carlos ressaltou as oportunidades de negócios entre os países, citando como exemplo a junção da experiência adquirida pela Petrobras na prospecção em águas profundas com a capacidade de empresas de Cingapura de produzir equipamentos de perfuração.

Cooperação entre Brasil e Cingapura na exploração de petróleo é tema de grande convergência

Gráfica realiza amanhã missa pelos seus 45 anos

A Secretária Especial de Editoração e Publicações (Seep) comemora amanhã 45 anos de existência com uma missa em ação de graças, a ser celebrada pelo padre Roberto Carlos Rambo. Com a presença do presidente do Senado, Garibaldi Alves, a missa ocorrerá às 10h, nas dependências da própria gráfica, na N2.

Detentora de um dos par-

ques tecnológicos de impressão mais avançados do país, a Seep é responsável pelas publicações oficiais do Senado Federal, do Congresso Nacional e também da Câmara dos Deputados. Além do mais, responde pela publicação do **Jornal do Senado**, em suas versões diária e semanal, e de livros da Subsecretaria de Edições Técnicas. Integrada à política

de inclusão social do Senado, a Seep ainda imprime o jornal em braile e outras publicações para atender a portadores de deficiência visual.

Para vários servidores da Gráfica, a missa será mais um momento para reverenciar a memória do diretor-adjunto Manoel Carlos Carvalho Moreira, falecido no último dia 28 de setembro.



Senador gaúcho liderou a primeira vigília, realizada no último dia 18

Paim anuncia nova vigília em Plenário para amanhã

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que na noite de amanhã voltará a realizar uma vigília em favor da aprovação, pela Câmara, de três projetos de lei que visam à recomposição salarial de perdas sofridas pelos aposentados e pensionistas em seus vencimentos. O senador informou que a vigília poderá ser acompanhada por assembleias legislativas e câmaras de vereadores de outros estados.

As matérias, já aprovadas pelo Senado, são o Projeto de Lei do Senado 296/03, que acaba com o chamado fator previdenciário; o Projeto de Lei da Câmara 42/07, proposto pelo Executivo, criando uma política de reajuste do mínimo; e o Projeto de Lei do Senado 58/03, que estabelece a recomposição do valor das aposentadorias, em cinco anos, pelo número de salários mínimos da época da concessão do benefício.



Papaléo ressalta pioneirismo da antropóloga no estudo de diversidades

Papaléo presta homenagem a Ruth Cardoso

Papaléo Paes (PSDB-AP) prestou ontem uma homenagem em Plenário à professora Ruth Cardoso, esposa do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, falecida em junho deste ano.

Ao lembrar a trajetória acadêmica de Ruth Cardoso, o senador destacou o estudo realizado por ela, em suas dissertações de mestrado e de doutoramento, sobre a imigração japonesa para São Paulo. Ele mencionou também o papel pioneiro da antropóloga na percepção da diversidade dos movimentos sociais que abrigavam diversidades, como as feministas, étnico-raciais e de orientação sexual.

Livro

Papaléo anunciou ainda a realização de recital de lançamento do livro *Meu canto conta*, de autoria da maestrina Arnely Schulz, hoje, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.



Plenário lembrará os dez anos da Conaje na sessão de hoje, a partir das 14h

Confederação que reúne jovens empresários será homenageada

O Senado celebra hoje, às 14h, no período do expediente da sessão plenária, os dez anos da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje). A solicitação para a homenagem foi feita por Marconi Perillo (PSDB-GO).

Fórum de formação de lideranças empresariais, a Conaje define-se como uma entidade comprometida com o bem-estar da sociedade, a ética, a cidadania e a livre iniciativa. Seu objetivo é reunir empreendedores brasileiros para articular e divulgar práticas que fortaleçam a disseminação de novos e sólidos negócios no Brasil.

A entidade congrega mais de 20 mil jovens empresários de todo o país e tem núcleos em 23 estados e no Distrito Federal. O movimento, que teve início nos municípios, reuniu os empresários, a partir de 1992, no Fórum Nacional de Jovens Lideranças Empresariais. Em 1998, foi criada, finalmente, a Conaje, constituída formalmente a partir de 2000.

Hoje, segundo a entidade, sua responsabilidade consiste em estimular o empreendedorismo entre os jovens brasileiros por meio da orientação e da capacitação profissional promovida em eventos nos estados. A Conaje atua ainda por meio de sua representação política, com ações para incentivar a criação de empresas e fortalecer as já existentes, sobretudo as geridas

por jovens.

Experiências

Entre as atividades desenvolvidas nos municípios, destacam-se encontros com os empresários das regiões com o intuito de repassarem suas experiências de sucesso ou insucesso, grupos de estudos e reuniões periódicas como forma de *networking* empresarial. Os grupos promovem missões empresariais em estados e países de interesse da economia local, organizam eventos de capacitação, estabelecem parcerias com universidades e empresas, organizam visitas e encontram-se em eventos estaduais.

O presidente da Conaje, para o biênio 2008/2009, é Marcelo Azevedo dos Santos, graduado em Direito e pós-graduado em Direito e Negócios Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do curso de Direito do Centro Universitário Luterano de Palmas (Ceulp-Ulbra), Santos é empresário do ramo de prestação de serviços (advocacia e consultoria) e comércio (livros e artigos de artesanato).

O vice-presidente da Conaje é Leonardo Bayma, formado em Direito pela Universidade Federal do Ceará e mestrando em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará. Bayma é sócio em escritório de advocacia e empresário no setor de *fitness*.

Senado lembra centenário da morte de Machado de Assis

O Senado presta hoje homenagem ao escritor Machado de Assis na passagem do centenário de sua morte, ocorrida a 29 de setembro de 1908. Às 10h, o jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo será lembrado em sessão especial requerida por Marco Maciel (DEM-PE), juntamente com outros senadores. Maciel também foi autor do projeto que instituiu 2008 como o Ano Nacional Machado de Assis (Lei 11.522/07).

Além da sessão especial, será aberta a exposição *Machado Vive*, no hall entre as alas Tancredo Neves e Teotônio Vilela. Serão exibidos painéis com fotos e reproduções das

obras do escritor, cedidos pela Academia Brasileira de Letras (ABL). A abertura da mostra ocorrerá logo após a sessão. As peças poderão ser vistas até 16 de dezembro.

Em seguida, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, serão distribuídas publicações relativas à obra do escritor, entre as quais a reedição de *Machado de Assis, ensaios e apontamentos avulsos*, lançada em 1959 pelo jornalista Astrojildo Pereira; uma edição compacta de *O Velho Senado*, editada pelo Conselho Editorial do Senado; e o manuscrito do poema *Casamento do Diabo*, além de CDs com três programas da Rádio Senado sobre o escritor.

Decisão do presidente equatoriano de recorrer a um tribunal internacional para não pagar empréstimo do BNDES é tema de audiência pública prevista para hoje na Comissão de Relações Exteriores

Senadores devem ouvir hoje o embaixador do Brasil no Equador

O EMBAIXADOR DO Brasil em Quito, Antonino Marques Porto e Santos, participa hoje, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de audiência pública destinada a "esclarecer os fatos ocorridos com a decisão do presidente do Equador, Rafael Correa, de iniciar um processo internacional para não pagar o empréstimo concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a construção de uma hidrelétrica pela

empresa brasileira Odebrecht". Trata-se da usina hidrelétrica San Francisco.

O embaixador foi chamado de volta ao Brasil pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para discutir uma resposta à decisão do governo equatoriano. O requerimento que pede a presença de Antonino Marques Porto e Santos na CRE, de autoria do presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI), será votado em reunião marcada para as 11h30. O embaixador será ouvido a

partir das 14h30. A reunião deverá ocorrer na Sala 7 da Ala Alexandre Costa.

Na opinião de Heráclito Fortes e do vice-presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o governo do Equador, ao contestar a dívida com o BNDES, fere os interesses brasileiros garantidos por contrato internacional entre o Banco Central daquele país e o BNDES.

Eduardo Azeredo classificou de "populista" a atitude do presidente do Equador.

Heráclito diz que é preciso ter "muito cuidado" com dinheiro dos brasileiros

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que a decisão do presidente equatoriano de recorrer a um tribunal de arbitragem para não pagar empréstimo contraído no BNDES para a construção de uma usina hidrelétrica provou a necessidade de se ter "muito cuidado" com o dinheiro dos brasileiros e que, com a escassez de dinheiro no mundo em função da crise financeira, seria "mais justo" fomentar o desenvolvimento no Brasil. Heráclito elogiou a decisão do

governo brasileiro de convocar o embaixador para retornar ao país.

– O Brasil agiu corretamente, embora com efeito retardado. Devia ter esclarecido esse episódio ainda lá atrás, quando funcionários da construtora [Odebrecht] foram proibidos de deixar o Equador.

Heráclito cobrou uma atitude do governo, "porque, de repente, esses fatos viram moda e outros países começam a seguir esse caminho".



Heráclito: "Brasil agiu corretamente, embora com efeito retardado"

O parlamentar afirmou ainda que esse tipo de contrato de financiamento no exterior é normal, faz parte das relações entre os países. Ele informou que já apresentou requerimento ao BNDES, solicitando informações sobre todos os contratos de financiamento da instituição no exterior.

– O financiamento do BNDES ao Equador é normal. A Açominas, em Minas Gerais, foi financiada com recursos do Banco do Inglaterra – ressaltou Azeredo.

Novos critérios para distribuição regional de verbas do Orçamento

Os critérios de aplicação regionalizada das despesas do Orçamento da União e dos investimentos das empresas estatais devem levar em conta a população, a renda *per capita*, a expectativa de vida ao nascer, a mortalidade infantil e o grau de educação das populações. Esse é o objetivo de proposta de emenda à Constituição (PEC 71/05) encabeçada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que, depois de ter seu exame adiado na última reunião, volta amanhã à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Regras específicas, em lei complementar, deverão ser mais tarde aprovadas para a operacionalização dos critérios propostos. A proposta, que conta com parecer favorável do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), prevê também que os parâmetros de regionalização deverão vigorar até que a renda *per capita* de cada uma das regiões alcance 80% da renda *per capita* do país.

A questão regional é abordada, na Constituição, pelo § 7 do artigo 165. O texto prevê que os orçamentos nacionais devem ter, entre suas funções, o papel de reduzir as desigualdades

regionais. No entanto, cita como fator de orientação da distribuição apenas o critério populacional, o que está sendo modificado com a nova redação.

Por meio de mudanças no artigo 35, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a proposta busca garantir ainda perenidade à distribuição dos recursos até que se chegue a 80% da renda *per capita* nacional em cada região. A redação atual prevê que, para a redução das desigualdades definida no artigo 165, os orçamentos regionalizados por critério populacional seriam aplicados por dez anos, a partir da situação do biênio 1986/1987.

O prazo inicial para a distribuição dos recursos, por critério populacional, portanto, já se encontra esgotado – sem afetar, porém, o critério permanente, do artigo 165, relativo à função dos orçamentos na redução das desigualdades inter-regionais.

Com a nova redação para o artigo, alegam os autores, será evitado o "esforço periódico" de aprovação de novas regras no vencimento dos prazos sem que os resultados tenham sido efetivamente alcançados.

Faltam resultados

Para os subscritores da proposta, a redução das diferenças inter-regionais de renda e de qualidade de vida não integra a lista de avanços da sociedade e da economia brasileira nos últimos anos. No texto, são citados dados do IBGE segundo os quais a região Nordeste saiu de uma renda *per capita* de 46,2% da média nacional, em 1991, para 48,4% da média de 2002. Já o Norte, no mesmo período, caiu de 69%, para 64,7%.

O entendimento é de que os critérios propostos tornam mais justa a distribuição regional do gasto público, ao considerar parâmetros relevantes, além da população. Os autores propõem que as transferências constitucionais para estados e municípios fiquem de fora da aplicação dos critérios de regionalização, pois são consideradas "transferências de receitas e não gastos efetivos em projetos e programas" por região. Também defendem a exclusão dos gastos em projetos considerados prioritários dos planos plurianuais (PPA), considerados de eleição quase obrigatória.



Genildo Magalhães

Proposta de Tasso Jereissati volta amanhã à pauta da Comissão de Constituição e Justiça

Proposta beneficia pensões concedidas depois de 2003

A garantia de correções iguais às aplicadas aos salários dos servidores da ativa para as pensões concedidas após 31 de dezembro de 2003 em favor de beneficiários de servidores que já estavam aposentados ou tinham direito a requisitar a aposentadoria nessa data. Este é o objetivo da proposta de emenda à Constituição (PEC 36/08) que deve ser examinada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A matéria, defendida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), será apreciada na forma de um texto alternativo proposto pelo relator, Expedito Júnior (PR-RO). No texto substitutivo, o relator também inseriu novas correções nas regras da Previdência, uma das quais para estipular em 70 anos o limite de idade para a cobrança de contribuição sobre as aposentadorias e pensões dos servidores públicos.

Outra alteração defendida por Expedito Júnior assegura a opção pela modalidade de aposentadoria voluntária de servidores que já poderiam ter requisitado esse benefício, mas

que optaram por continuar na ativa por estímulo oficial e acabam sendo surpreendidos por uma situação de incapacidade para o trabalho. Conforme o relator, nesses casos, esses servidores terminam sendo aposentados por invalidez, em condições menos favoráveis em relação à aposentadoria voluntária a que tinham direito.

Efeitos retroativos

Além de propor correções nas mesmas bases aplicadas aos salários da ativa, a PEC também prevê que os efeitos da medida serão retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional 41/03, publicada exatamente em 31 de dezembro de 2003. Se aprovada com essa retroatividade, portanto, a proposta terminará equiparando completamente os valores das pensões aos salários nos níveis correspondentes aos que são pagos atualmente.

De acordo com Expedito Júnior, a PEC irá promover maior equidade entre os diver-

sos contribuintes em relação aos valores das pensões – e que se refletirá em ganho para os dependentes que hoje recebem o benefício. Segundo ele, as alterações constitucionais efetuadas nas segundas mudanças do sistema previdenciário já haviam assegurado o direito à paridade das correções às pensões instituídas até o dia 31 de dezembro de 2003.

A paridade foi também estendida às pensões recebidas de servidores aposentados pela regra de transição instituída no art. 3º da Emenda Constitucional 47/05, que resultou da aprovação da chamada PEC Paralela. A situação de servidores com aposentadoria concedida por outra regra – o artigo 6º – da EC 41 estaria sendo reparada por meio de outra proposta de alteração constitucional (PEC 77-B), já aprovada no Senado, embora com tramitação paralisada na Câmara dos Deputados.

Restava, ainda, como observa o relator, a situação de "iniquidade" em que se encontravam as pensões instituídas após 31 de dezembro de 2003 aos beneficiários de servidores que, naquela data, já estavam aposentados ou tinham direito à aposentadoria pelas regras vigentes naquele momento.

Contribuição

Quanto à contribuição exigida dos aposentados, Expedito Júnior diz que a medida atinge idosos que, ao invés de estarem pagando, deveriam estar recebendo benefícios do sistema previdenciário. Mas admite não ser conveniente, neste momento, a extinção pura e simples dessa contribuição, uma vez que poderia agravar o desequilíbrio do sistema previdenciário. Por isso, propõe "reduzir essa injustiça", por meio da interrupção da cobrança para quem tenha mais de 70 anos. Ele lembra que a expectativa de vida do brasileiro é de aproximadamente 72 anos. Assim, considera que a interrupção da cobrança na forma sugerida não trará problemas para o sistema previdenciário.

Medidas para reduzir velocidade de escoamento de águas pluviais

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve examinar amanhã projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que altera a Lei de Saneamento Básico (Lei 11.445/07) para incluir medidas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais no planejamento do setor. A matéria tem relatório favorável do senador Almeida Lima (PMDB-SE) e receberá posteriormente decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Na justificativa do projeto (PLS 205/08), Renato Casagrande argumenta ser necessário

atentar para as novas tecnologias de drenagem de águas pluviais quando forem elaborados os planos de saneamento básico das cidades brasileiras. Segundo o senador, tradicionalmente o controle de drenagem de águas

Obras públicas

prioriza tecnologias que levem ao escoamento mais rápido da água proveniente das chuvas, o que traz como consequência direta o aumento dos picos de vazão a jusante e, desse modo, a ocorrência de inundações.

Casagrande lembra que tecnologia hoje utilizada provoca inundações

de todas as obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas há mais de um ano, nas quais a União tenha participação financeira (PLS 58/08). O documento deverá ser endereçado às comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas do

Congresso, ao Triângulo de Contas da União (TCU), à Controladoria Geral da União (CGU) e ao Ministério Público da União (MPU).

O projeto inclui também como obrigação dos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Creas) o encaminhamento ao Confea de relatório sobre as obras de suas respectivas jurisdições.

Fernando Collor acredita que as entidades, com representação em todos os estados brasileiros, têm condições de participar da elaboração do relatório.



Em reunião da CPI das ONGs, Lúcia Vânia, Raimundo Colombo e Inácio Arruda

CPI das ONGs discute agenda e examina requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais (ONGs) realiza hoje, a partir das 10h, reunião administrativa com o objetivo de votar requerimentos e discutir a agenda de trabalho.

No último dia 19, a CPI decidiu trazer ao Senado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, para falar sobre a atuação das ONGs na Amazônia.

A sugestão para o convite ao ministro foi feita pelo então senador Sibá Machado, em requerimento aprovado na ocasião. A CPI também investiga a utilização de recursos recebidos do exterior a partir de 1999 até novembro de 2007.

Congresso do setor de turismo debate investimentos para a Copa

Com o objetivo de discutir os investimentos e as providências necessárias para o Brasil sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014, será realizado hoje o 10º Congresso Brasileiro da Atividade Turística (Cbratur-2008). Com a presença de parlamentares, empresários, acadêmicos e profissionais ligados ao turismo e ao esporte, os organizadores pretendem identificar as oportunidades e os desafios envolvidos em um evento de grande porte, como a Copa do Mundo, a fim de desenvolver a

atividade turística nacional em bases sustentáveis.

Estarão em debate não apenas as demandas materiais geradas pela Copa, mas também as exigências legais decorrentes de eventos internacionais de grandes dimensões. Durante o congresso, que será realizado no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, a Câmara Brasileira de Turismo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo irá apresentar o documento "Contribuições da

cadeia produtiva do turismo para a organização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014".

Na abertura do congresso, serão feitas homenagens especiais a personalidades do esporte nacional. Dois painéis de debates reunirão conferencistas nacionais e internacionais, especialistas da Organização Mundial do Turismo (OMT) e representantes da Federação Internacional de Futebol (Fifa), da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e dos ministérios do Planejamento, Orçamento e

Gestão, do Turismo e do Esporte, bem como da Casa Civil.

Os ministros do Esporte, Orlando Silva, e do Turismo, Luiz Barretto, discutirão as dificuldades para a realização da Copa no país. Luiz Barretto entende que promover o debate das questões relacionadas a um evento dessa importância, como faz o Cbratur, é mais uma contribuição para a democracia brasileira e para o sucesso do campeonato.

O encontro é promovido pela Comissão de Turismo e

Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado, pelas frentes parlamentares de Turismo e do Esporte, pelo sistema de Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). A programação está site <http://www.parceriaturismobrasil.com.br/cbratur2008/default.asp>.



Decisão a ser tomada hoje pela Comissão de Assuntos Sociais torna proposta sobre rastreamento pronta para ser examinada pelo Plenário do Senado

Comissão analisa emenda a projeto que institui rastreamento de remédios

Mudança sugerida em Plenário e agora sob exame da Comissão de Assuntos Sociais objetiva tornar mais clara, na ementa da proposição, a tecnologia usada para rastrear os medicamentos desde a produção até o consumo final

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) deve analisar hoje, às 11h, emenda de Plenário ao projeto que institui o rastreamento de medicamentos, desde a sua produção até o consumo, por meio de códigos de barra. O parecer do relator, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), é favorável à aprovação.

Por considerar que a ementa do projeto (PLC 24/07) trata de forma "genérica e inespecífica" a tecnologia que será usada para identificar os produtos, o senador Gim Argello (PTB-DF) apresentou a emenda de Plenário ao projeto. Conforme sua proposta, a ementa passa a ter o seguinte texto: "Dispõe sobre

o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados". A alteração visa ajustar a ementa ao texto e ao objetivo da proposição, de acordo com Gim Argello.

Identificação

O projeto determina que serão inseridas informações no Sistema Nacional de Controle de Medicamentos que permitam identificar dados do fabricante, fornecedor, comprador, produtor, unidades de transporte, consumidor/paciente, prescrição e prescritor do

medicamento.

Também está na pauta o substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto (PLS 152/08) do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) destinado a acrescentar inciso ao artigo 6º da Lei 7.713/88, que trata dos rendimentos percebidos por pessoas físicas isentos do imposto de renda. De acordo com o projeto, a isenção atingirá também a remuneração e os soldos e gratificações percebidos, respectivamente, por servidores públicos ocupantes de cargos de provimento em caráter efetivo e por militares portadores das doenças ou dos agravos à saúde relacionados

ao inciso XIV do mesmo artigo daquela lei. Nesse dispositivo, estão incluídas doenças como contaminação por radiação, doença mental e Aids.

Ao justificar o substitutivo, Eduardo Azeredo afirma que a ementa do projeto faz referência a acidente em serviço e a moléstia profissional, "enquanto o inciso que se pretende acrescentar à lei refere-se às doenças relacionadas ao inciso XIV do artigo 6º daquela lei".

Azeredo acrescenta que a ementa e a justificativa do projeto sugerem que o autor tem a intenção de beneficiar também os militares e não apenas os servidores públicos civis.

Flexibilização do horário da Voz do Brasil em pauta

Entre os itens na pauta da reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), amanhã, está o projeto de lei da Câmara (PLC 109/06) que flexibiliza o horário de transmissão do programa de rádio *Voz do Brasil*. A reunião terá início às 8h45.

O relator da proposta, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), é favorável à matéria e contrário a dois outros projetos (PLS 53/03 e PLS 219/05) que tramitam em conjunto com a proposição apresentada pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

De acordo com o projeto de lei da Câmara, a *Voz do Brasil* – hoje transmitida obrigatoriamente às 19h – poderia ir ao ar entre 19h e 22h, por uma hora ininterrupta. O texto, que define ainda quanto tempo de transmissão caberá a cada um dos Poderes da República, será examinado também pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Outro item que consta da pauta da comissão é o projeto (PLS 51/08) que institui a Política Nacional de Abastecimento (PNA). A matéria recebeu parecer favorável do relator, Gerson Camata (PMDB-ES).

Conforme a proposta, o PNA visa à segurança alimentar e tem como objetivos "assegurar à população brasileira a oferta e a qualidade dos alimentos e dos insumos indispensáveis à produção de produtos alimentícios", além de "proporcionar o acesso local a suprimentos médicos preventivos e emergenciais".

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Mão Santa • Papaléo Paes

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Paim presta conta de suas emendas ao Orçamento 2009

Paulo Paim (PT-RS) fez ontem, em Plenário, um relato das emendas individuais que apresentou ao Orçamento da União para 2009, destinando recursos a cem municípios do Rio Grande do Sul. O senador assinalou que, até o final de seu mandato, não haverá um único município gaúcho que não tenha sido contemplado por emendas de sua autoria, independentemente do partido político que o administra. O valor das emendas individuais, lembrou, é de R\$ 10 milhões por parlamentar.

– Considero que as pessoas têm direito de saber de que forma estou distribuindo as verbas que este parlamentar pode, via peça orçamentária, encaminhar para os municípios – disse.

Paim informou que destinou aos cem municípios R\$ 500 mil para projetos de infra-estrutura turística; R\$ 5,7 milhões para apoio a programas de desenvolvimento do setor agropecuario; R\$ 1,6 milhão para apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; R\$ 200 mil para fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital; R\$ 100 mil para infra-estrutura e serviços em áreas rurais; R\$ 500 mil para implantação e modernização de infra-estrutura de esporte recreativo; R\$ 800 mil para estruturação da rede de serviços de proteção social básica; R\$ 400 mil para estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde; e R\$ 200 mil para estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

O senador ressaltou que aplicou o mesmo critério aplicado às emendas de comissões. Os recursos, disse, foram distribuídos por áreas, nas comissões de Direitos Humanos (CDH), de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS). A emenda de bancada, no valor de R\$ 20 milhões, foi destinada ao desenvolvimento da educação básica.

Enchentes

Em nome dos senadores de Santa Catarina, que ainda se encontram no estado, Paulo Paim apresentou à Mesa requerimento de voto de pesar pelas vítimas das chuvas. Ele informou que as enchentes, deslizamentos e desmoronamentos deixaram 46 vítimas fatais e mais de 12 mil desabrigados no estado. Na presidência da sessão, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) associou-se a Paim.

O parlamentar gaúcho também apresentou requerimento de voto de solidariedade à família do estudante brasileiro Rodrigo Soares Oleinski, que desapareceu em 29 de outubro nos Andes bolivianos. A mãe do estudante, Maria Cecília Oleinski, estava em Plenário. Paim pediu apoio da diplomacia brasileira para que as buscas ao estudante na Bolívia se intensifiquem.

Conforme proposta, nomes que concorrerão à Presidência da República participariam de uma grande discussão, fora das “burocracias partidárias”. Sugestão foi lançada por Pedro Simon

Cristovam defende debate para escolha de candidatos

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) voltou a defender ontem a realização de um grande debate prévio à eleição presidencial de 2010, como forma de se chegar a candidatos que façam avançar o processo socioeconômico brasileiro. Embora reconhecendo que o governo Luiz Inácio Lula da Silva trouxe melhorias para a população mais pobre, recomendou que a experiência vá além.

– Precisamos dar passos à frente

– disse Cristovam, que foi ministro da Educação de Lula durante parte do primeiro mandato do presidente petista (2003-2006).

O senador voltou a defender a derrubada do “muro que mantém o país no atraso”. Essa barreira seria o déficit educacional, responsável, segundo ele, por manter milhões de brasileiros sem acesso ao mínimo necessário para a cidadania.

Cristovam lembrou que a idéia

do debate foi lançada recentemente pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Para Cristovam, é importante que a discussão ocorra fora das “burocracias partidárias” e fique livre dos condicionamentos que têm feito o Brasil progredir lentamente, mesmo em períodos de crescimento econômico.

– Se crescer economicamente significasse sair do atraso, teríamos saído do atraso durante o regime militar – argumentou.

Atletas querem políticas públicas para o esporte

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) recebeu ontem, em reunião presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), profissionais do esporte integrantes da organização Atletas pela Cidadania. O objetivo da visita foi apresentar as metas de trabalho da associação, que incluem o acompanhamento das políticas voltadas para o setor.

Criada por representantes de diferentes modalidades esportivas, a entidade pretende mobilizar o governo e a sociedade para a promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social, conforme definiu o presidente da Atletas pela Cidadania, o ex-jogador de futebol Raí.

Raí reconhece que hoje existem alguns bons programas voltados para o desenvolvimento do esporte, mas observou que são desvinculados.



Cristovam (D) conversa com Raí (E) e outros esportistas que visitaram a CE

– A gente sabe que os recursos disponíveis podem ser otimizados e, se possível, queremos mais recursos também para o esporte como desenvolvimento humano, como educação, não só visando o auto-rendimento – afirmou.

Também compareceram a coor-

denadora-executiva da organização, Daniela Rodriguez de Castro; a ex-jogadora de vôlei Ana Moser; o judoca Flávio Canto; as tenistas Patrícia Medrado e Vanessa Menga; o nadador paraolímpico Clodoaldo Silva; e o ex-jogador de futebol Zetti.

Goellner comemora recriação da Sudeco



Foto de Gerardo Maggela

Goellner: Centro-Oeste também será beneficiado com novo fundo

A aprovação da recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) foi comemorada por Gilberto

Goellner (DEM-MT). O senador

observou que não se poderia criar uma autarquia dessa envergadura para simplesmente gerir um fundo já existente. Por isso, acrescentou, foi necessário criar também o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

– A vasta extensão territorial brasileira será tanto mais proveitosa à sociedade quanto mais eficiente, ordenada e sustentável for sua ocupação. Ao longo dos últimos cinco séculos, a ocupação do território foi absolutamente desproporcional, com persistente concentração demográfica no litoral. Por isso, é um lícito e legítimo instrumento de guerra às dificuldades regionais, só adotado pelos estados do interior em função da completa ausência de um plano de desenvolvimento regional no Brasil.

A CDR aprovou ainda a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, “que não atuará como um banco de varejo, mas será dependente da sua dotação exclusiva de recursos do Orçamento Geral da União e dos dividendos que colher com a administração dos fundos constitucional e de desenvolvimento do Centro-Oeste”.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) disse que, se existisse a Sudeco, Santa Catarina poderia contar com um ajuda maior e mais rápida para se recuperar da calamidade provocada pelo excesso de chuvas.

João Pedro relata discussão em Manaus sobre a crise

João Pedro (PT-AM) relatou a realização, na última sexta-feira, em Manaus, de um debate sobre os reflexos da crise financeira internacional no estado do Amazonas.

Na ocasião, disse João Pedro, prevaleceu a interpretação de que “não há desemprego por conta da crise”. A preocupação, expressa especialmente pelas centrais sindicais, se justifica porque a economia do Amazonas, como lembrou o senador, tem como destaque o Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus, que gera cerca de 115 mil empregos diretos e abriga diversas grandes empresas internacionais.

– De acordo com levantamento, houve desemprego em algumas fábricas, mas por conta da movimentação normal de fim de ano, com a escala em alta e demissões e férias coletivas, não por conta da crise. Há um acompanhamento por conta dos setores da nossa economia – afirmou.

Participaram do encontro, conforme o senador, autoridades como prefeitos e vereadores e representantes de instituições de ensino; de secretarias do governo estadual; de ministérios, do Serviço Geológico do Brasil; da Embrapa; da Suframa; do Inbra; dos Correios; do Banco do Brasil; do Banco da Amazônia; da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); do Sebrae; do Centro das Indústrias do Amazonas; da Central Única dos Trabalhadores (CUT); de sindicatos; do Conselho Regional de Economia; de empresas; da Associação dos Artistas Plásticos; do Conselho Nacional dos Seringueiros e do Instituto Selva Amazônica.

Em apartes, Paulo Paim (PT-RS) e Mão Santa (PMDB-PI) elogiaram o pronunciamento.



Foto de Jonas Pereira

João Pedro diz que crise não provocou desemprego no Amazonas



Leopoldo Silva

Mão Santa: há municípios em estado de emergência

Mão Santa lamenta baixa renda do Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI), durante pronunciamento feito ontem em Plenário, lamentou que o Piauí tenha a menor renda *per capita* do país, conforme mostrou estudo recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre 5.560 municípios brasileiros.

Mão Santa também questionou a publicidade oficial que aponta melhoria da qualidade de vida da população do estado, afirmando que no Piauí há obras de infra-estrutura inacabadas ou inoperantes, a exemplo de dois aeroportos internacionais, ferrovias e hidrelétricas.

Com base em informações publicadas na imprensa, Mão Santa lembrou ainda que muitos municípios do Piauí estão constantemente em estado de emergência, com a população sofrendo com a falta de água, escolas e médicos.

– O governo vive de mídia e enganação – afirmou, referindo-se à administração federal e ao governo petista do Piauí.

Aplauso

Em seu discurso, Mão Santa apresentou voto de aplauso pela passagem dos 50 anos dos Armazéns Paraíba, uma das maiores lojas de departamentos do país, presente em mais de 400 cidades de cinco estados nordestinos, a maior parte no Piauí.

– É uma riqueza do nosso estado – ressaltou Mão Santa, destacando a atuação do empresário e senador pelo PTB do Piauí, João Vicente Claudino, à frente do grupo.

Audiência pública na CDH discute a igualdade racial. Iniciativa faz parte de ciclo de debates para celebrar o Mês da Consciência Negra

Advogado critica efeito de instrução normativa do Incra

Ao criticar a Instrução Normativa 49 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que trata da titulação de terras quilombolas, o advogado Fernando Prioste disse que o efeito suspensivo, previsto nas situações em que há contestação da titulação, privilegia um conceito vinculado "aos interesses do agronegócio e da bancada ruralista".

O advogado fez a afirmação durante a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. No debate, discutiram-se temas como igualdade racial e a situação dos negros no Brasil. Prioste representou o Quilombo da Família Silva, localizado no Rio Grande do Sul.

Vários representantes de quilombos vêm criticando a instrução normativa do Incra, que, apontam, dificulta o processo de titulação e estaria em desacordo com normas como o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o Decreto 4.887/03 e a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garantiriam, de acordo com ele, a titulação de terras quilombolas. A medida criticada por Fernando Prioste, prevista pela instrução, faz com que as contestações levem, até que haja seu julgamento, à suspensão do processo de titulação.

O advogado protestou ainda contra o argumento de que as comunidades quilombolas não teriam identidade étnica – e, portanto, não poderiam ser beneficiadas pela Convenção 169 da OIT. Segundo Prioste, esse raciocínio foi utilizado em ação judicial contra a titulação de um território quilombola no Paraná.

A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da OIT foi aprovada em 1989 e vigora no Brasil desde 2003. Essa convenção internacional trata de diversas questões, incluindo a relacionada à propriedade da terra.

Consciência negra

A audiência pública de ontem faz parte do ciclo de debates promovidos pela CDH no Mês da Consciência Negra, em homenagem ao líder negro Zumbi dos Palmares, morto em 20 de novembro de 1695.

Participaram das discussões na Comissão de Direitos Humanos, entre outros, Elói Ferreira, secretário-adjunto da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Presidência da República; Maurício Jorge Souza dos Reis, representante da Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura; Pedro Raposo, representante dos índios macuxis, da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima; e Deborah Silva Santos, coordenadora do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial da Universidade de Brasília (UnB).



Rui Leandro Santos, do MDA, deputado Raul Carrion, Paulo Paim, Alexandre Reis, da Seppir, e Ronaldo dos Santos, da Conaq



Cristovam Buarque (segundo à esquerda) e convidados acompanham o debate na Comissão de Direitos Humanos

Debatedores reconhecem direitos dos quilombolas

O ESTADO BRASILEIRO deve assegurar às comunidades de descendentes de negros de antigos quilombos o direito sobre a terra que ocupam. A opinião foi manifestada ontem por especialistas que formaram a primeira mesa da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A atividade, coordenada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, integra ciclo de debates para celebrar o Mês da Consciência Negra, em referência à morte do líder negro Zumbi dos Palmares, ocorrida em 20 de novembro de 1695.

O subsecretário para Comunidades Tradicionais da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Alexandre Reis, afirmou que o direito dos quilombolas está assegurado pela Constituição de 1988. Ele se referiu ao art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que reconhece o direito dos remanescentes de quilombos à propriedade definitiva das terras que ocupam, "devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

– O direito à terra, para a comunidade quilombola, representa a promoção de cidadania. É a compreensão de que a terra, e não apenas o local de moradia, é essencial para assegurar a

identidade cultural das comunidades – afirmou Reis.

Já o deputado estadual Raul Carrion (PCdoB-RS) lembrou que, após 20 anos de vigência da Constituição, foram concedidos apenas 97 títulos de propriedade a 140 comunidades, o que, conforme disse, representa menos de 3% do total que espera pela regularização das áreas.

O parlamentar criticou a adoção, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Instrução Normativa 49/08, que regulamenta o procedimento para titulação das terras quilombolas. Carrion considerou a medida "um equívoco" e, em sua avaliação, ela representa um retrocesso na garantia de direitos reconhecidos pela Constituição e pelo Decreto 4.887/03, marco jurídico da política federal de titulação dessas áreas.

– A nova norma adota uma definição restritiva do conceito de terras ocupadas por comunidades quilombolas, o que leva ao risco de que a titulação fique restrita às áreas de moradias – assinalou.

Consistência

Rui Leandro da Silva Santos, assessor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), afirmou que o governo tem buscado dar maior consistência

ao processo de titulação para não deixar falhas que possam levar a contestações. Ele citou o caso da comunidade Kalunga, em Goiás, cuja concessão do título de propriedade está sendo revista pelo Incra.

Rui Leandro Santos advertiu para os riscos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.239/04, movida pelo então PFL, hoje DEM, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) visando sustar o Decreto 4.887/03. O partido questiona os critérios para identificação de uma comunidade quilombola e para delimitação do território.

Ronaldo dos Santos, representante da Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq), se disse preocupado com a ADI e com o Projeto de Decreto Legislativo 44/07. A proposta, do deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), em exame na Câmara, susta o Decreto 4.887/03.

Segundo o consultor Ronaldo Jorge Araújo Vieira Júnior, da Advocacia Geral da União, o Decreto 4.887 será mantido, para garantir o direito das comunidades quilombolas à propriedade da terra. Ele também destacou os esforços do governo para a legalização das áreas de antigos quilombos e lembrou as ações da Seppir, de coordenação dos programas públicos em favor da população negra.

Senadores pedem ações em favor da inclusão

Durante a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, promovida em parceria com a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, defendeu a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial pela Câmara dos Deputados. O debate também contou com a presença dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Valter Pereira (PMDB-MS) e João Pedro (PT-AM).

– O movimento quilombola convive com ameaças frequentes aos seus direitos. O processo de concessão de títulos de propriedade das áreas dos quilombolas anda a passos de tartaruga. Chegou a hora de aprovarmos a carta de liberdade e de direitos do povo negro – conclamou Paim.

O parlamentar observou que o projeto de estatuto (PLS 213/03, que tramita na Câmara como PL 6.264/05) enfrenta divergências sobre a regulamentação das terras quilombolas.

Paulo Paim também destacou a importância da aprovação de projeto de sua autoria (PLS 113/08) que cria os centros de integração quilombola, instituições que forneceriam ensino básico, fundamental e tecnológico, lazer, saúde e inclusão digital aos moradores das comunidades remanescentes de quilombos.

Relator do projeto na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o senador Valter Pereira (PMDB-MS) elogiou a iniciativa do senador gaúcho. Ele defendeu a construção de um entendimento visando à aprovação da matéria.

– Embora haja divergências, todos nós convergimos para o âmago dessa causa, que é a reparação, pela nação brasileira, de injustiças históricas. As divergências dizem respeito aos acessórios, e não ao principal – declarou.

Cercas

Para Cristovam Buarque, os políticos enfrentam o desafio de derrubar cercas que dividem o país entre incluídos e grupos que sofrem algum tipo de exclusão. Na opinião do senador do Distrito Federal, a luta pela igualdade racial é uma das mais importantes iniciativas para derrubar tais cercas.

Ele manifestou apoio aos grupos quilombolas e pediu ao movimento negro que seja vanguarda na revolução da educação de forma a assegurar ensino de qualidade, em todos os níveis, para os brasileiros.

Já o senador João Pedro destacou que o governo brasileiro deve reparar injustiças históricas sofridas pela população negra.

– Dificilmente vamos conseguir reparar todos os crimes cometidos contra as populações afrodescendentes, mas temos que buscar construir políticas de Estado que respeitem a diversidade cultural e étnica do país – opinou.